

-Resumo:

Na óptica das comunidades epistémicas a análise de uma política deve centrar-se nas ideias, nomeadamente aquelas que fazem autoridade na elaboração das políticas públicas. Todavia, esta perspectiva não explica como é que uma ideia passa de um estatuto marginal, restrita a uma rede particular de indivíduos que partilham uma mesma visão sobre o que consiste um problema de cariz público, ao âmbito de uma ideia capaz de fomentar uma política. Esta observação é tanto mais pertinente quando se trata de uma política de regulação. De facto, «as normas de regulação só conseguem ser operacionais na medida em que elas são conciliáveis com acção das forças dominantes». A originalidade da perspectiva cognitiva de análise de políticas públicas reside, entre outras, na vontade de por em relevo as **razões porquê e como, á partir de uma dada situação socioeconómica, uma política específica acaba por ser ou não ser desenvolvida, e isso dando um lugar central às ideias que são difundidas pelas redes de actores de políticas públicas.**

Nesta linha de investigação o autor procura discernir a relevância operante da perspectiva teórica da análise cognitiva das políticas públicas.